REIVINDICANDO AS CONTRIBUIÇÕES PEDAGÓGICAS DE PAULO FREIRE FRENTE À FINANÇEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

*Margarita Victoria Gomez**

Resumo: No censo de 2008 o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educativas Anísio Teixeira estima que, de um total de mais de 60 milhões de alunos da educação básica, quase seis milhões iniciaram a educação superior, dos quais um milhão e quinhentos mil aproximadamente estudam em instituições públicas e quase quatro milhões e meio em instituições privadas, na modalidade presencial ou a distância. Estimase que a rede de educação superior está representada em 90% por instituições privadas e em 10% por instituições públicas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 não impede a iniciativa privada. A Constituição Nacional de 1988, no Artigo 209 afirma que no ensino se permite a iniciativa privada sempre que se respeitem a autorização e a avaliação da qualidade. Uma interpretação tendenciosa levaria a afirmar que todas as instituições privadas têm uma missão mercantilista e que se mobilizam exclusivamente em busca de ganhos financeiros. O trabalho refere-se somente ao crescimento da oferta de educação por parte de grupos que operam com transações no mercado e que se expandem comprando universidades ou faculdades menores, para realizar atividades rentáveis no setor. A financeirização está configurando os processos educativos a ela relacionados e leva a questionar se é essa a educação desejada. O procedimento da consulta bibliográfica permite estabelecer relações e compreender as mudanças educacionais ocorridas nos últimos cinco anos de ampla financeirização e apresentar considerações a respeito. Neste trabalho são discutidas essas questões, bem como o surgimento de algumas experiências de educação superior a distância (EaD) e a virtualização da educação superior, a que pode chegar a ser uma das vertentes desse processo diante do qual se reivindicam alguns princípios pedagógicos de Paulo Freire como uma alternativa pedagógica.

Palavras-chave: Financeirização da Educação. Paulo Freire. Virtualização da educação.

Discussing the contributions of the pedagogical principles of Paulo Freire and the “financialization” of the private education sector.

Abstract: In the census of 2008, the Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educativas Anísio Teixeira [National Institute for Educational Studies and Research] appreciates that from a total of 60 million basic education students nearly 6 million entered college education, and from these about one million and five hundred thousand are studying in public institutions while almost 4 million and a half are in private institutions, in both presence-based and distance modes. The higher education degree is estimated in 90% of private institutions and in 10% of public institutions. The law Nr. 9394/96 called Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [Law of Directives and Principles of the National Education] does not hinder the private sector. Art. 209 of the National Constitution of 1988 states that the private sector is allowed to operate in the educational area as long as authorization and quality appreciation have been duly observed. A

* Doutora em Educação pela USP, orientadora de Mídias na Educação e pesquisadora do LabHab/USP

tendentious interpretation would lead to the assertion that all of the private institutions have a mercantilist mission and that their only aim would be to find financial reward. This study however refers only to the growth in offering education by groups that operate with market transactions and that expand through buying universities or smaller college departments in order to achieve profitable activities in this sector. Financialization is giving shape to educational processes, raising the question if this is the education we want to have. The bibliographic reference procedure allows us to establish relationships and understand the educational changes that occurred in the last five years of broad financialization. In this study these questions are being discussed, as well as some experiences of higher education distance learning [DL] and the virtualization of college education, which can become one of the tendencies of this process for which we lay claim to some of the pedagogical principles of Paulo Freire.

Keywords: Financialization in education. Paulo Freire. virtualization of college education.

INTRODUÇÃO: A EDUCAÇÃO PASSOU A FAZER PARTE DA BOLSA DE VALORES

As informações que circulam na mídia, a própria situação social e as pesquisas acadêmicas mostram à sociedade as perspectivas da financeirização, produto de novas relações no setor produtivo ou de especulações financeiras. A privatização e a mercantilização dos recursos públicos, em geral, e do setor da educação em particular é de longa data. Consiste num processo de transferência da propriedade pública para setores privados servindo a interesses de grupos econômicos. Os grupos de inversores aproveitam a vertente legal, negociam com os governos as responsabilidades e se beneficiam com a compra, venda, entre outras, do que era e deveria ser público. Nesse processo, as atividades financeiras adquirem predominância. A mesma financeirização, consolidada com a ideologia neoliberal em um contexto de globalização, confirma a possibilidade de circulação permanente em novos espaços de poder relacionados com a economia, o saber, a informação e o conhecimento. Fazer algumas abordagens sobre esse tema permite pensar na educação para compreendê-la e elaborar algumas considerações a respeito.

A educação é uma obrigação constitucional do Estado e da família e um direito das pessoas. O último censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educativas Anísio Teixeira (INEP, 2008) estima que, de um total de mais de 60 milhões de alunos da educação básica, quase seis milhões iniciaram a educação superior, dos quais um milhão e quinhentos mil aproximadamente estudam em instituições públicas e quase quatro milhões e meio em instituições privadas, na modalidade presencial ou a distância. Pode-se dizer que a rede de educação superior está representada em 90% por instituições privadas e em 10% por instituições públicas. Porém, deve-se considerar imediatamente que muitas dessas vagas nas instituições privadas não se mantêm ocupadas. E, também, a expansão é polêmica, pois, se se inverter a

questão e se perguntar quem faz pesquisas e produz conhecimento no país, verificar-se-á que são as universidades públicas brasileiras aquelas que continuam com alto padrão acadêmico, como a Universidade de São Paulo, que é uma das instituições acadêmicas de maior relevância latino-americana e mundial. E, sem dúvida, pode-se dizer que a rede pública de educação superior brasileira se expandiu consideravelmente entre os anos 2003 e 2009, mas não ao ponto de prevalecer sobre a rede particular.

O movimento de privatização e a presença de instituições educativas privadas foram autorizados pelo Ministério da Educação e se fortaleceram a partir de finais dos anos 60, quando no país se permitiu a abertura e a expansão de faculdades e universidades particulares. Durante o governo militar (1964/1985), ainda que se tenha permitido essa expansão, não se aceitava o ingresso de capitais estrangeiros, a não ser empréstimos americanos para desenvolver a educação. Por intermédio do convênio de assistência técnica e de cooperação financeira MEC/USAID, o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development (USAID)* tentaram privatizar, cobrando mensalidades nas universidades públicas, e desnacionalizar a educação pública. Essa iniciativa não teve o êxito esperado, mas, de qualquer maneira, foram firmados acordos que definitivamente sucatearam a educação, criando um modelo acadêmico que silenciava alunos e professores e influenciava ideológica e tecnicamente os diversos níveis de educação. Assim, influenciou na última reforma universitária instituída pela lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968, que fixa as normas de organização e de funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola de nível médio. A mesma foi revogada, em 1996, pela atual lei nº 9.394/96. E, de certa maneira, depois com o Prouni, legitimou-se a presença das universidades privadas quando se criaram nelas vagas para o ingresso de alunos pobres. É evidente que esse programa possibilita o ingresso, a inclusão, na universidade de pessoas, que por outro meio, não conseguiriam entrar na atual situação socioeducativa. Este, porém, é um tema complexo, não linear nem tão fácil de entender e resolver, possibilitando várias interpretações.

Uma das vertentes do debate coincide com a defesa por parte do colunista do Diário La Nación, de Buenos Aires, Andrés Oppenheimer. Segundo ele, a universidade pública gratuita penaliza os pobres, pois são eles os que acabam subvencionando o estudo dos mais ricos. Jovens que, às vezes, pagam uma elevada quota na escola secundária, que lhes permite estar preparados para ingressar na universidade pública gratuita. Nessa perspectiva, seria necessária uma reforma impositiva, já que ele argumenta que a universidade gratuita para todos era válida há cem anos, quando os governos e suas disposições impositivas não sabiam quanto dinheiro tinha o contribuinte, ao contrário do que ocorre hoje, quando tudo está registrado. Os jovens pobres, segundo esse colunista, pagam seus impostos para contribuir para a educação pública, mas muitas vezes devem trabalhar para pagar seus estudos, os

quais acabam abandonando por falta de infraestrutura. Segundo ele, dever-se-ia cobrar dos que podem pagar para ajudar os outros.

Historicamente, a questão da privatização da educação abriu vários debates que envolvem instituições privadas religiosas, filantrópicas, comunitárias e particulares com ou sem fins lucrativos. Nesse sentido, não se pode fazer uma interpretação tendenciosa no sentido de afirmar que todas têm uma missão mercantilista e que se mobilizam exclusivamente em busca de ganhos financeiros. Por isso, agora vai se referir ao crescimento da oferta de educação por parte de grupos que operam com transações no mercado. Isso remete a alguns desses grupos financeiros que se expandem vertiginosamente comprando universidades ou faculdades menores, para realizar atividades rentáveis no setor.

A experiência inaugural no Brasil foi a do Grupo Banco Mundial, realizada pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), que investe, quando rentável, em educação por intermédio de seu International Finance Corporation (IFC) nos países membros do FMI. No Brasil, no início de 2006, ele comprou 70% das ações da Anhanguera Educacional, contando com a gestão do Banco Pátria.

Outros grupos econômicos que investiram na compra de até mais de 50% das universidades particulares são: o grupo norte-americano Laureate Education (Anhembi Morumbi, entre outras), o fundo de investimentos Advent International, o grupo americano Apollo, a Whitney International University System, o grupo americano DeVry. Segue também nessa linha de investimentos a GP Investimentos, gestor de fundos de *private equity*, que consiste em investimentos em companhias privadas que já estão operando no mercado por meio de fusão ou venda, de oferta pública inicial ou de uma recapitalização. A mesma rede de ensino, Anhanguera Educacional, comprou, com a aprovação de seus acionistas, outras empresas que atuam em segmentos de seu interesse e que oferecem lucros, como a LFG Business, que atua no setor de educação a distância em nível de pós-graduação. Ou o Veris Internacional, pertencente ao mesmo grupo que transformou a AmBev na maior cervejaria do planeta, que investe no ramo educativo com base no pressuposto zero, a meritocracia e o governo corporativo. O grupo Kroton Educacional (dono da marca Pitágoras, hoje da Veris), que compra tanto uma rede de ensino como um negócio de materiais de construção ou uma rede de *fast food*, está na bolsa de valores em um ciclo virtuoso, como chamam os economistas. O contrato com caráter de exclusividade com a empresa de tecnologia educacional Designmate, por exemplo, permite-lhe oferecer “soluções” para o mercado brasileiro relacionadas com o desenvolvimento de conteúdo do tipo: animações em 3D, imagens, vídeos, simulações, testes e laboratórios virtuais. Essas animações e recursos apresentam conteúdo relacionado a disciplinas, como Biologia, Física, Química e Matemática para serem usados na educação básica e superior da rede. Vários

desses grupos também oferecem material didático, o método a ser aplicado em grande escala tanto em redes particulares como públicas, implantam laboratórios e até oferecem treinamento para que o professor seja um bom executor das diretrizes, fortalecendo uma rede de informação, negócios e consultorias – enfim, um nicho de mercado.

No mesmo sentido, atuam com alguns grupos e redes educacionais de capital brasileiro. Mas, o movimento de compra, venda e fusão é muito dinâmico e em permanente mudança. Uma maneira de acompanhar esse movimento é por meio da operação da bolsa de valores e dos jornais especializados, como o Valor Online. No seu conjunto, várias instituições pertencentes a um mesmo empresário podem estar investindo em educação superior e operando com esses e outros grupos. Por exemplo, o grupo Anima Educação, que é integrado por três instituições de ensino superior de Minas Gerais. São grupos que investem na compra e fusão de instituições por parte de seus empresários, já que para eles isso significa custo baixo e alto retorno, pois são instituições com cursos em funcionamento, com alunos e com professores formados, em sua maioria, em instituições públicas. Também, a Estácio de Sá se mobiliza para aumentar a matrícula de alunos, o que lhe rende valor no mercado; o grupo SEB (Sistema Educacional Brasileiro S.A.), integrado pelo Curso Oswaldo Cruz (COC) apresentou, com a exploração desse nicho, lucros altíssimos nos últimos meses, tanto com a modalidade presencial como com a modalidade a distância e com a compra de grupos menores. Por outro lado, a *Pearson Education* do Brasil Ltda. comprou, em 2010, o SEB. Segundo informações publicadas no Valor On-line (23/07/2010), dez dias depois da compra da Anglo pelo grupo Abril Educação, o mercado de sistemas de ensino (programas e metodologias de educação) deu uma demonstração de como está agitado. A empresa britânica Pearson, que também esteve na disputa pela Anglo, anunciou a aquisição dos sistemas de ensino COC, Pueri Domus, Dom Bosco e Name que pertenciam ao SEB – Sistema Educacional Brasileiro – numa transação de 888 milhões de reais, dos quais 613 milhões serão pagos aos controladores e o restante, aos minoritários. Tratar-se-ia da maior negociação feita na área de ensino do país, que nos últimos três anos vem passando por um forte processo de consolidação. De modo geral, algumas das instituições particulares menores que são compradas chegaram à insustentabilidade por não terem uma “boa gestão”, o que muitas vezes implica falta de respeito pelos alunos, funcionários e professores. Como se disse, é um setor bastante dinâmico que a cada momento oferece novidades para o setor. E, com relação à aquisição de matrículas de alunos, segundo alguns desses próprios empresários, ela é realizada por meio da técnica de Robin Hood, ou seja, cobram de quem pode pagar e concedem bolsas de estudo aos alunos de menores recursos econômicos.

Assim, no setor de investimentos, a educação surge como uma opção rentável para quem vê nela um negócio com alta liquidez neste momento de transição política do país. O Valor On-line destaca que o Bank of America Merrill Lynch, em um informe atual, se refere ao fato de esse setor ser um dos beneficiados pelo Brasil no atual governo democrático eleito. No periódico *Valor On-line* (GANEM, 2010), que não se responsabiliza pelas informações publicadas que são de autoria dos editores, é possível encontrar o movimento das transações no setor educativo a partir do qual ele entrou na bolsa de valores em 2007 com quatro companhias que foram adquirindo universidades, faculdades e, enfim, instituições menores que hoje consolidam o setor.

As incorporações, fusões e compras entre os grupos implicam “ajustes”, ou seja, corte de funcionários e docentes por meio de um sistema de “desligamento”, pagamento de indenizações, seguindo o modelo acadêmico e de gestão próprio. Em suma, o funcionamento das universidades de alguns grupos privados não se limita a um modelo de gestão, a reajustar pessoal, a publicar seu próprio método e material didático; algumas das maiores universidades particulares do Brasil contratam administradores de centros comerciais, como a In Mont Desenvolvimento de Shoppings Ltda para instalar e coordenar minicentros comerciais com caixas automáticos de bancos nas sedes que mantêm no país. Para eles, é importante oferecer insumos que facilitem a vida dos estudantes que estão lutando para obter o diploma que lhes permita competir num mercado precarizado.

Como parte desse sistema de negócios, já existe um foro permanente para trocar ideias, pensar e cuidar desse nicho de mercado, como o *Programa de Desenvolvimento de Empresários e Executivos do Sector de Educação - PRODEESE*. Deve-se ressaltar que em 2005 o professor Gilberto Pinheiro dos Santos, representante da AWU (American World University) na América do Sul, já se manifestava favorável à entrada de instituições internacionais no Brasil, pois considerava que, como país capitalista, deveria seguir as regras correspondentes com eficácia e qualidade.

Evidentemente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 não impede essas formas de iniciativa e, na verdade, parece que elas foram incentivadas a partir de sua implementação com a Constituição Nacional de 1988, cujo artigo 205 consigna que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família. Seu artigo 209 afirma que no ensino se permite a iniciativa privada sempre que se respeitem a autorização e a avaliação da qualidade. O atual Ministro da Educação do Brasil considera que algumas experiências de alianças com o setor privado foram bem-sucedidas, sobretudo no que se refere ao programa de intercâmbio de impostos por bolsas de estudo e inclusão, o ProUni.

Como se viu, hoje, no Brasil, a presença de instituições privadas na rede de educação superior é elevada e algumas dessas instituições contam com a participação de capitais estrangeiros. Deve-se, entretanto, considerar

que existem projetos de lei (PL2138/2003, PL7040/2010) pelos quais se busca proibir a compra de universidades por capitais estrangeiros e limitar a porcentagem a 30% de participação estrangeira nessas compras.

Portela (2009), em uma pesquisa sobre a mercantilização da educação no Brasil, estuda as consequências do processo de penetração dos fundos financeiros na educação superior com a posterior emissão de ações na bolsa de valores. Constata-se que, como parte desse contexto, não é raro verificar que os membros dos conselhos administrativos desses grupos ou de empresas de consultoria nesse setor sejam incentivados ou formados por funcionários ou ex-funcionários do governo em seus diversos níveis. As mais conhecidas são a PR Souza Consultores, do ex-Ministro da Educação do Brasil e atual secretário de educação de São Paulo, e a Lobo & Associados [atual Instituto Lobo], do ex-reitor da Universidade de São Paulo, Roberto Leal Lobo (PORTELA, 2009). A isso se soma o fato de que, no Brasil, existe o *lobbying* de maneira informal e não regulamentada pelo qual um indivíduo ou grupo exerce pressão por interesse sobre políticos e poderes públicos, buscando exercer alguma influência nas decisões que o favoreçam.

A essa altura dos acontecimentos, considera-se que o negócio já foi feito. O impacto futuro das compras talvez seja menor, mas estas, entre outras empresas, já estão contabilizando os ganhos de sinergia na ordem de bilhões de reais, em valores anualizados.

O que resta da universidade pública está atravessado por esse processo de privatização da educação. A criação de fundações que vendem seus serviços e consultorias pode ser considerada uma vertente. Aqui, não se discute o feito de que a universidade prepare para o mercado de trabalho, o que é lógico na sociedade contemporânea, mas se alerta para evitar vincular a educação ao mercado perverso controlado por alguns poucos capitalistas em detrimento de uma educação pública que busque educar para a cidadania -sem descuidar das competências específicas- e o pensamento crítico.

A expansão da educação superior, nesse sentido, leva à consolidação do mercado financeiro de valores, que aposta nos “consumidores” ou investidores das classes menos favorecidas que estão conseguindo pagar a matrícula e a quota para estudar em universidades particulares. Concluir a educação básica e ingressar na educação superior, todavia, é um desejo de muitos jovens, é um direito que historicamente lhes é negado. Em termos empresariais, esse nicho de mercado, pode estar assegurado não por muito tempo, pois as pessoas não são mercadorias, nem seus saberes e seu conhecimento uma questão meramente instrumental. Além disso, sabe-se da necessidade de uma educação que não esteja por cima do povo, mas que entenda seus problemas, angústias e aspirações, ou seja, que o incorpore no processo como cidadãos plenos.

EDUCAÇÃO: UM DIREITO, UM SERVIÇO, UMA MERCADORIA, UM BEM SOCIAL NACIONAL OU UM BEM GLOBAL?

Apesar de a Constituição Federal assegurar que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, é evidente que com esses investimentos está se desenvolvendo outro conceito de educação, concebida como mero instrumento do mercado que coisifica, estanca, paralisa e tira do sujeito sua possibilidade de se transformar em subjetividade democrática (GOMEZ, 2008), gerando uma verdadeira tragédia educativa. Se a universidade dá as costas para o povo, acontecerá como na análise do *Angelus Novus*, de Benjamin, que somente conseguirá ver o presente em ruínas e não o futuro.

Álvaro de Vieira Pinto (1986), filósofo brasileiro, denunciou nas décadas de 60 e 70 a falta de responsabilidade das universidades, ao desviar seu povo da cultura e lhe imporem uma educação elitista que impedia de pensar e elaborar uma epistemologia, uma filosofia, uma pedagogia emancipada das amarras da necrofilia do capitalismo. O descuido da universidade cultural e sua substituição pela do conhecimento e da excelência, sustentada na ética instrumental de mercado e da bolsa de valores, tornam atual essa denúncia.

Na América Latina, hoje parece ser consenso, em documentos e discursos, uma definição de educação da UNESCO onde se afirma que esta é um bem público, (e, portanto não deveria ser nem privada nem mercantil), um direito humano, que cumpre uma função social fundamental como são o ensino, o aprendizado e a pesquisa, dos quais nada pode ser excluído. Não obstante, em face de um caráter republicano e nacional, parece que também pode interferir em processos de compra e venda dentro do país. A Organização Mundial do Comércio (OMC) quer, por seu lado, que a educação seja um bem público global que possa ser operado pelos provedores educacionais transnacionais e seja oferecida pelo setor de serviços educativos regulados comercialmente.

No processo de profundas transformações políticas educativas, os organismos e grupos financeiros internacionais, acompanhados de vontades nacionais, avançaram na América Latina em seu propósito de transformar a educação em um serviço, uma mercadoria ou um bem de qualquer tipo, e a educação integral como um direito constitucional de todo cidadão parece perder vigência.

VIRTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Outra manifestação dessa tendência de privatização é o surgimento de algumas experiências de educação superior a distância (EaD). Tradicionalmente, na América Latina, a UNESCO é quem orienta as políticas culturais e

educativas. Seu Instituto Internacional para a Educação Superior (IESALC) reconheceu que as primeiras experiências da EaD se realizaram no marco de acordos internacionais, do tipo franquias, convênios de dupla titulação, aquisição-prestação de serviços e alianças interuniversitárias que hoje estão ajudando a enfrentar a virtualização da educação superior imposta ou necessária para a alinhação global com o sistema produtivo (RAMA, 2006 apud GOMEZ, 2008).

Segundo Rama (apud GOMEZ, 2008), a educação virtual é uma das modalidades que assume a educação transnacional como derivação da globalização econômica que atinge o setor de serviços. A educação transfronteiriça, facilitada pelo uso das tecnologias de informação digital, de comunicação e de sistemas de acesso em rede, opera em quatro modalidades: prestação de serviço proveniente do território de um país a outro (por exemplo, cursos a distância ou virtuais); consumo no estrangeiro de um serviço educativo (por exemplo, estudos no estrangeiro); presença comercial que permite aos provedores estrangeiros prestar o serviço em um país diferente (por exemplo, franquias ou instalação de universidades estrangeiras); presença de pessoas físicas em outros países (por exemplo, mobilidade de docentes e profissionais).

Segundo a visão da UNESCO, apresentada por Rama, com a educação a distância virtual busca-se a redução unitária do custo de contato por aluno e dos preços para obter uma maior flexibilidade de acesso, assim como a implementação de pedagogia interativa por meio de modelos de simulação. Eles consideram que a educação superior virtual será transnacional e os provedores de educação, ou megauniversidades globais, oferecerão e prestarão o serviço por intermédio da rede. A sustentação teórica estaria na pedagogia da simulação ancorada na experimentação em laboratórios virtuais. Assim, a educação presencial, por sua estrutura de custo, pode chegar a ser uma educação de elite e a educação virtual, por suas escalas, uma educação universal. Desse modo, nessa convergência digital, o papel do professor estaria sujeito aos bens e serviços culturais digitais dos mercados globais (RAMA, 2006, p. 18 apud GOMEZ, 2008). A educação como um bem público/social/global, pregada pelas reformas da educação superior em países da América Latina, como também necessária, para o alinhamento global, merece uma profunda reflexão.

Em publicações anteriores, considerou-se que a globalização neoliberal se sustenta, em parte, na ideia de que as tecnologias de informática geram a sociedade do saber, na qual os conteúdos são a mercadoria oferecida no setor de serviço educativo e cada qual pode ter seu cofrinho (ou valores na bolsa) para vendê-los ou comprá-los. E que outra globalização, diferente da que se sustenta no pensamento do capitalismo financeiro, está em andamento, partindo da utopia geral de globalização das riquezas e educação para construir uma sociedade mais humana, para, logo, propor como alternativa

pensar e fazer educação em rede, ou ir além, numa perspectiva emancipadora e com a necessária valorização da cultura, do aluno, do professor e da professora (GOMEZ, 2005).

É evidente que não se podem esperar tempos melhores para começar a fazer algo e, nesse contexto, a educação a distância surge na América Latina (GOMEZ, 2000) gerando um novo espaço de resistência, e não só de adaptação. Nesse contexto educativo, a resistência está na relação direta com uma educação e inserção crítica e não com a modalidade em si, inserida em uma economia de mercado baseada na informação e no conhecimento que, por sua vez, configura as relações socioeducativas e trabalhistas. Aqui surgem mais contradições, mas a questão continua sendo como apropriar-se desses novos meios de produção e usufruir o produto de maneira que ele resulte emancipador, quando se sabe que a força de trabalho terceirizado sustenta esse processo com a possibilidade de constante renovação de forças produtivas, fortalecendo, assim, o conceito de sujeito descartável e pulverizável.

No contexto dos cursos *on-line* em torno do pensamento crítico e da proposta pedagógica de Paulo Freire, considera-se que a rede de cursos oferecidos pelo Instituto do mesmo nome no Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) seja uma experiência democrática, diferente das experiências comerciais terceirizadas, pois se atualiza em estudos e gera novas reflexões. No painel realizado na IV Conferência sobre Herança, Crise e Alternativas ao Neoliberalismo, realizada pela CLACSO em agosto de 2006, no Rio de Janeiro, Brasil, foram pensados e discutidos os desafios políticos, metodológicos e pedagógicos que a implementação da educação superior a distância implicaria para as ciências sociais na América Latina. O sentido dessa experiência se fez conhecer pela voz dos próprios participantes que, assumindo o princípio proposto por Paulo Freire, de analisar a própria práxis, manifestaram alguns dos desafios: a necessidade de observar a expansão e a incidência de políticas instrumentais, cuidar dos professores/alunos e dos aprendizados necessários para lidar com os dispositivos do campus virtual; potencializar criticamente as novas vias de diálogo, de teletrabalho e de formação; manter-se fiel aos princípios do pensamento crítico; atender à riquíssima convergência digital e humana que está acontecendo no campus virtual para contribuir com uma rede de pensamento sociológico crítico na América Latina que possa irradiar ações locais e globais emancipadoras (GOMEZ, 2008).

MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO, DE LONGA DATA

Retomando a própria experiência, pode-se afirmar que o debate e a reflexão sobre a mercantilização da educação já existem há muito. Pessoalmente, tomei consciência em minha época de estudante em Ciências da Edu-

cação, em final dos anos 80, na Universidade Nacional de Rosário, Argentina. Como estudantes, éramos desafiados pelas ideias que se defendiam sobre a educação pública e pelas que usávamos para combater a “McDonaldização” da educação (GIROUX, 1990) e pelas ingerências do Banco Mundial em questões acadêmicas e de políticas públicas ao outorgar créditos destinados para fins determinados. Por exemplo, o FOMECA (Fundo para o Melhoramento da Qualidade Universitária) é uma clara expressão disso, gerando, ademais, toda uma rede de formação docente e subvencionando certos projetos de pesquisa, e deixando outros de fora. Inaugurava-se uma verdadeira política de “projete” em detrimento das políticas públicas. Projetos que não estavam articulados a uma proposta pedagógica e que se dinamizavam de maneira diversa e com recursos diferentes, segundo era o desempenho da instituição que os exigia.

Nessa época, discutia-se com os professores sobre os desafios da sociedade do conhecimento e a necessidade de continuar, como educadores, acompanhados de pensadores como Paulo Freire, que critica a educação bancária, aquele tipo de educação que domestica e silencia as pessoas, e propõem a educação como um fato político para a libertação; de Adriana Puiggrós, que repensa a educação da sociedade latino-americana presente e futura; de Caruzzo e Dussel (1996 p.47), que consideram que “quem conseguir levantar sua cabeça para olhar para além do mundo pedagógico neoliberal não somente respirará ar puro, mas também terá a possibilidade de entender o que está ocorrendo ao seu redor”; ou de Alcira Argumendo (1991), que afirma que fazem falta muitas vozes para calar tanto silêncio. Momentos frutíferos de pensamento e de crítica, que não foram perdidos.

O conceito de educação como ato de conhecimento e ato político perante o avanço do neoliberalismo foi destacado e legitimado pelo grupo de trabalho “Educação e Sociedade” do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, em 1999, no encontro que organizado em Recife. O grupo reunido na Fundação Joaquim Nabuco elaborou e deu a conhecer publicamente o manifesto de Recife, onde se considera que a educação pública obrigatória teve como princípio, até fins do século anterior, ser um instrumento estatal para a construção da cidadania a favor da sociedade industrial; que, no século XXI, a educação pública deverá, sobretudo, fomentar, guiar e humanizar a sociedade, garantindo a cobertura universal, buscando oportunidades de desenvolvimento para todos e combatendo, sem trégua, a opressão e a ignorância, além da pobreza material. Como diz István Mészáros, educar além do capital, rechaçando a lógica perversa do neoliberalismo.

A relação entre a privatização da educação e a mercantilização do conhecimento merece uma análise profunda. Mas, em princípio, pode-se dizer que, “na lógica mercantilista”, o conceito de conhecimento como mercadoria adquire relevância com base na introdução da lógica difusa (Fuzzy Logic) na produção. A lógica difusa, ao contrário da lógica aristotélica que

procede de maneira binária exata, verdadeira ou falsa atua por um raciocínio de aproximações. Ela se baseia em palavras ou probabilidades linguísticas. Um dos exemplos clássicos são as máquinas de lavar, produzidas pelos japoneses. Estas utilizam controladores de lógica difusa para verificar o tipo de tecido e o peso, e sensores de sujeira, que automaticamente freiam os ciclos de lavagem para o uso otimizado de potência, água e detergente. Isso marca um “antes” e um “depois” na concepção de conhecimento que se definia pelo verdadeiro/falso. Essa lógica é utilizada em parte para mercantilizar o conhecimento, uma perspectiva que vai invadindo o âmbito acadêmico. Essa valorização incorporada ao processo de conhecimento desestabiliza certezas e verdades éticas da práxis educativa e atravessa o ato educativo (GOMEZ, 2005,p.71), o que leva a repensar a educação contemporânea.

Quando foi discutida a internacionalização da agenda educativa (TORRES; SCHUGURENSKY, 2000), o documento, produto das deliberações dos pesquisadores latino-americanos no seminário realizado pelo grupo de trabalho Educação e Sociedade da CLACSO, na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), em Buenos Aires, o propósito era sistematizar as críticas à “agenda” para, posteriormente, convocar os representantes do Banco Mundial e outros organismos internacionais bilaterais e multilaterais, como a UNESCO, UNICEF, BIRD, BID e PNUD, a discuti-los. Não se conseguiu esse propósito, talvez por falta de interesse do Banco Mundial. De qualquer forma, as teses sistematizadas nesse documento preparatório estão focalizadas na crítica à proposta hegemônica de internacionalização da educação na e para a América Latina, impulsionada pelas agências de financiamento da educação. As políticas de privatização da educação pública e a redução do gasto público eram o eixo do debate, já que a tendência era despolitizar as práticas reguladoras do Estado e a própria educação, seguindo o “pensamento único”, expressão esta cunhada por Ramonet y Estefanía (GOMEZ, 2004), que se tornou útil para caracterizar esse movimento que consiste em afirmar que o mercado é o único pilar para o funcionamento da economia e para a mobilização social – e se pode dizer educativo – por meio do consumo. Nesse contexto, a educação é concebida como um serviço ou uma mercadoria; o aluno e o professor, como capital humano, o conhecimento é a matéria prima e as relações, simples contatos instrumentais ou negócio. Desse modo, o modelo epistemológico orientado a soluções educativas instrumentais prevalece nesse tipo de formação, e se sustenta na transferência/compra/venda de conhecimentos (dados e informações), seguindo a ética instrumental do mercado e dos negócios, gerando certas relações de saber e de poder. Assim, mediante a explícita ampliação do espaço educativo de interesse mercantil ou financeiro, sustentado legal, teórica e metodologicamente, abrem-se lugares para a formação global, confirmando novos espaços de poder relacionados com o saber, a informação e o conhecimento, gerando também certa cultura de cooperação e de resistência.

PAULO FREIRE E O RESPEITO PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Educar para a solidariedade humana parece utópico na sociedade da informação e do conhecimento, onde parece operar de maneira privilegiada a prática do silêncio e da educação como negócio. Paulo Freire, em seu livro *À sombra desta mangueira* (1997), afirma que sua luta contra o capitalismo se fundamenta em sua perversidade intrínseca, em sua natureza antissolidária e em sua insensibilidade pela dimensão ética.

Crê-se, como Paulo Freire, que ninguém passa indiferente ou apesar das ideias pedagógicas de seu tempo. E educadora e educadores se veem, todo o tempo, desafiados pelas ideias que combatem ou defendem. Ser contemporânea da privatização da educação leva a pensar na participação de Freire (1995) no encontro “Um olhar sobre a cultura, o cidadão e a empresa”, no Rio de Janeiro. O tema de sua apresentação foi “A tragédia de ser ou não ser contemporâneo”. Aí ele se posiciona como muito respeitador das coisas que nos estão constituindo como gente, mas reconhece que critica o atravessamento que se sofre, pela ação do neoliberalismo, nas práticas. Parafraseando-o, reconhece-se que, ao mesmo tempo em que discutimos a mercantilização da educação, milhões de estudantes brasileiros e professores estão passando por dificuldades para obter uma educação pública que lhes seja útil para a vida. Isso nos coloca em uma posição difícil de viver a tragédia de ser ao mesmo tempo contemporâneo e tão longe de ser contemporâneo das ideias que se defendem.

Paulo Freire é um dos educadores brasileiros e latino-americanos mais renomados do mundo, conhecido por seu método de alfabetização e por haver cunhado o conceito Educação Bancária para designar aquela que domestica e silencia as pessoas. Para Freire, essa concepção bancária de educação nega a dialogicidade e a torna antidialógica, fazendo do sujeito um objeto passível de manipulação. É um tipo de educação que, ao domesticar e silenciar, controla a vida e o pensamento dos alunos e dos professores, anulando o mais sagrado deles, sua curiosidade e sua criatividade. Uma educação que, ao dizer de Edgar Morin, produz cegueira e ignorância. Uma proposta educativa que chega com um paradigma sustentado em seu modelo de gestão e acadêmico pronto, pouco tem de problematizador, de dinamizador social, de democrático. Esse é um dos obstáculos para a aprendizagem. Se a educação já era prejudicial quando se chegava às classes populares com esquemas teóricos montados, sem se perguntar muitas vezes sobre o que já sabiam as pessoas para, com base nisso, produzir novos conhecimentos, imagine-se o que isso gera quando provém de megauniversidades.

E esse é um dos grandes desafios até os dias de hoje, o de não continuar preocupados em aceitar conteúdos e, sim, em problematizá-los, em conseguir ver o outro, sua cultura, o que ele sabe e suas aspirações. Por isso, cada vez mais, torna-se urgente distanciar-se dessas propostas educativas.

Remontando-se a Freire, sabe-se que ele viveu o exílio como um aprendizado e, embora não o proponha como método de aprendizado, é inegável que algumas vezes é bom exilar-se de si mesmo, perder-se de si mesmo no sentido de tomar distância de uma sociabilidade ou de uma educação que impede pensar, aprender, ser criativo e curioso. Tomar distância da educação bancária, para dar lugar a outra educação, outra ciência que atenda às necessidades populares/acadêmicas, que considere o sujeito, enquanto cidadão pleno, o desastre ambiental e humano, a transversalidade dos conteúdos e a complexidade social atual.

Em face dessa complexidade, retoma-se a *Pedagogia do oprimido* (1970), para concordar com Freire: “*Os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, propõem a si mesmos como problema*”. E, em situação de desigualdade social, essa postura se radicaliza quando surgem obstáculos para a educação, para o pensamento e para a ação efetiva. A política educativa mercantilista torna a educação um obstáculo ao separar deliberadamente a igualdade, a qualidade e a equidade, a teoria da prática, o ensino e o aprendizado da pesquisa. Freire (1997, p.33) crê que, por mais progressista ou democrático, o empresário estará sempre limitado pelos interesses de sua classe social, e o contrário seria um suicídio de classe – conceito complexo que não será discutido neste trabalho -, pois, se o empresário ultrapassasse esse limite e aceitasse uma educação progressista, terminaria trabalhando contra si mesmo.

Paulo Freire, quando exerceu o cargo de Secretário Municipal de Educação durante o governo de Luiza Erundina, em São Paulo, se perguntava se se deveria continuar fazendo contratos com o Banco Mundial, já que com ele se gasta mais do que se recebe. No livro *À sombra desta mangueira*, ele esclarece que ele mesmo recusou esses contratos por considerá-los prejudiciais ao país. A falta de respeito à questão pública é uma situação que não se pode mudar sem mudar as estruturas de poder, não é um mal congênito que se resolve com remédios. Evidentemente, Paulo Freire foi um educador latino-americano que não se deixou domesticar com o discurso suavizado ou fatalista do capitalismo que busca impedir pensar em outras possibilidades:

a capacidade de nos domesticar que a ideologia, tem nos faz algumas vezes aceitar mansamente que a globalização da economia é uma invenção de si mesma ou de um destino que não se poderia evitar, uma entidade quase metafísica e não um momento de desenvolvimento econômico submisso, como toda a produção econômica capitalista, a certa orientação política ditada pelos interesses dos que ostentam o poder. (FREIRE, 1996,p. 142-143).

Quando se começou a promover a equidade sem qualidade por meio de políticas educativas compensatórias, supunha-se que a educação sozinha poderia alcançar a igualdade social e educacional. A equidade tem alcance limitado para resolver as desigualdades instauradas pelo sistema educativo

relacionado ao sistema capitalista perverso, sistema que segue a lógica de excluir para, em seguida, criar programas subvencionados pelos organismos internacionais para incluir. A ideia de educação como espaço que acolhe as diferenças para a construção social do conhecimento e para a unidade na diversidade é abandonada. Por isso, o conceito de equidade foi útil para justificar a não gratuidade da educação e as desigualdades.

Hoje, o Estado, ao tomar consciência de sua responsabilidade e de seus direitos, buscaria impedir que a educação se torne um bem público nacional ou global com o qual se pode negociar, que as universidades se tornem uma bolsa de valores ou talentos que sustentam operações financeiras e que os professores sejam meros executores de mandatos de políticas públicas, tornando possível educar para a cidadania. O desafio do Brasil é continuar ampliando a rede de educação pública e oferecer educação de qualidade social que permita a conscientização social e histórica, e não somente um lugar no ranking internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação como processo de comunicação, de diálogo e de liberação implica a competência específica, conceitual e a competência política – não necessariamente partidária – do quê, para quê, com quê, para quem, com quem e contra quem, que demanda do professor crítica, criatividade e ação transformadora. Nessa perspectiva, o mais problemático, como diz Freire, é o analfabeto político por não conhecer a causa de sua situação.

Se o mundo é de quem se insere criticamente e não de quem se adapta, com esta reflexão escrita, pretendeu-se inserir-se e envolvê-los em uma reflexão sobre aspectos da financeirização da educação e alguns princípios e conceitos fundamentais de Paulo Freire que, ao ver da autora, podem ajudar a repensar essa situação e restabelecer o diálogo com a própria experiência para tecer considerações a respeito.

Um substrato ideológico impregna a cultura e a educação, derivado da ética instrumental e a moral transnacional de mercado financeiro que parecem interessar mais que a ética emancipadora da humanidade no setor educacional. E, com isso, não se quer defender nenhum tipo de totalitarismo e, sim, alertar que, na perspectiva utilitarista, falta o sujeito, um homem digno, o cidadão pleno. Por isso, como Freire, defendem-se as pedagogias, já que nelas se encontra sustento para as concepções de sujeito, de educação e de sociedade pelas quais se optou trabalhar.

Freire, em *Pedagogia do oprimido*, em *Política e educação* (1993), em *Pedagogia da indignação* (2000), em *Pedagogia da autonomia e À sombra desta mangueira* (1995), reitera que é impossível a educação neutra, sem ideologia, se se sustenta na ética e no respeito para com os demais.

Sua obra dedicada aos menos favorecidos remete sempre ao povo e à sua situação em tempos de financeirização educativa, situação que necessita ser radicalizada para pensar e efetivar uma saída que possa convergir na Pedagogia da unidade na diversidade.

Considera-se que a proposta pedagógica de Freire é vigente, contemporânea e imprescindível para enfrentar a mercantilização da educação, pois não se crê nos discursos suavizados ou fatalistas de que a realidade é esta e não pode ser mudada. É preciso educar além da financeirização, é preciso educar para a solidariedade humana, gerar movimentos de inquietude, de problematização, de perguntas mais que de respostas, de desarranjos, daquilo que se supõe estável e duradouro nessa proposta. A educação como um ator político é produtora de mudanças e aí está sua fortaleza para a formação que se pretende.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANCO MUNDIAL; OMC; FMI. *O impacto nas políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. Constituição de 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado. _____ . *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96*. Brasília, 1996.
- CARUZO M.; DUSSEL, I. *De Sarmiento a los Simpson. Cinco conceptos para pensar la educación contemporánea*. Buenos Aires: Kapeluz, 1996.
- FREIRE, P. *Pedagogía de la autonomía: saberes necesarios para la práctica educativa* Buenos Aires: Siglo XXI, 1996.
- _____. *Pedagogía del oprimido*. México: Siglo XXI, 2000.
- _____. *Política y educación*. México, D.F.: Siglo Veintiuno, 1997.
- _____. *A la sombra de este árbol*. Barcelona: El Roure, 1997.
- GANEM, M. As empresas de educação na bolsa diante de um ciclo virtuoso. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/impreso/investimentos/119/324213/as-empresas-de-educacao-na-bolsa-diante-de-um-ciclo-virtuoso>> Acesso em: 14 dez. 2010.
- GIROUX, H. *Los profesores como intelectuales*. Barcelona: Piados, 1990.
- GOMEZ, M. V. *Alerta, cuatro computadoras en la escuela: maestros abriendo caminos desde la brecha*. Rosario: Artemisa, 1998.
- _____. Paulo Freire: una re-lectura para pensar la informática en educación. *La Tarea*, Guadalajara, Jal, México, v. 12, p. 86-93. 2000.
- _____. Educación a distancia y cátedras libres: reflexionando sobre emergentes en el contexto de la educación latinoamericana. In: TORRES, C. A. (Org.) *Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- _____. *Educación en red: una visión emancipadora para la formación*. 1a. ed. Guadalajara (MX): Universidade de Guadalajara/ Educação em rede. São Paulo: Cortez/IFP, 2004, 2005.
- _____. Dispositivos de la educación en red que se procesan en subjetividades democráticas. In: *Paulo Freire: contribuciones para la pedagogía*. Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2008

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2008) Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/relatorio_tecnico.htm> Acesso em: 9 dez. 2010.

OMC. Organización Mundial del Comercio. Disponível em: <<http://www.wto.org/indexsp.htm>>.

PINTO, Á. V. *A questão da universidade*. São Paulo: Cortez, 1986.

PORTELA, R. O. A Transformação da educação em mercadoria no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 8 dez. 2010.

RODRIGUES GOMEZ, Roberto. La venta de Laureate Education Inc. 2007. Disponível em: <<http://firgoa.usc.es/drupal/node/34340>> Acesso em: 8 dez. 2010.

TORRES, C. A.; SCHUGURENSKY, D. *Internacionalización de la agenda educativa en América Latina: repensando el modelo hegemónico*. En libro: *Introducción* Buenos Aires: CLACSO. 2000. Disponível em: <<http://168.96.200.17/gsd/cgi-bin/library?e=d-000-00-0bcvirt-00-0-0-0prompt-10-4-0-0l-1-es-50-20-help-00031-001-1-0utfZz-8-00&cl=CL1.18&d=HASH018a3896a18ff30259863ac7&x=1>> Acesso em: 8 dez. 2010. VALOR ON-LINE. Jornal. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/>> . Acesso em: 8 dez, 2010.